

AMB NewsLetter

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos,
Editor: Secretaria Geral AMB. Ed. N°0, Dezembro 2014
ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz



AMB APRESENTA A RADIOGRAFIA DO SECTOR BANCÁRIO EM MOÇAMBIQUE - 2014

KPMG
cutting through complexity

FINANCIAL SERVICES

Pesquisa sobre o Sector Bancário
Banking Survey

Outubro 2014
kpmg.co.mz

KPMG IN MOZAMBIQUE

AMB ASSOCIAÇÃO MOÇAMBICANA DE BANCOS



“exige-se um crescimento com qualidade e inclusão, destacando-se a “inclusão financeira” desafios cujos associados estão conscientes e estão comprometidos com a bancarização da economia, sendo testemunho disso, o aumento do número de balcões nos distritos.”

Dr. Mário Machungo, Presidente da AMB

AMB FORMALIZA ACORDO DE APOIO FINANCEIRO COM FECOP PARA PME's



RADIOGRAFIA DO SECTOR BANCÁRIO EM MOÇAMBIQUE 2014

Para oferecer uma análise qualitativa e quantitativa da dimensão do sector bancário moçambicano e promover a transparência no sector bancário, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) apresentou, no dia 27 de Outubro de 2014, na Cidade de Maputo, um estudo de pesquisa sobre o Sector Bancário em Moçambique, realizado em parceria com a moçambicana de auditoria e consultoria KPMG.



Alguns representantes dos bancos comerciais no lançamento do Estudo sobre o sector Bancário em Moçambique 2013

Baseado em indicadores como dimensão e rentabilidade, solidez e qualidade de crédito, indicadores operacionais e crescimento, o estudo baseou-se nos activos dos resultados de 2013 comparado com 2012 e abrangeu 15 dos 18 bancos existentes em Moçambique.

Trata-se da décima publicação da KPMG em colaboração com a AMB cuja cerimónia foi testemunhada pelo Governador do Banco de Moçambique - Ernesto Gove, pelo Presidente da Associação Moçambicana de Bancos - Mário Machungo e pelo Director Geral da KPMG - Filipe Mandlate.

O estudo revela que no ranking do sector bancário em Moçambique, o domínio pertence aos três bancos, nomeadamente, Banco Internacional de Moçambique (BIM), Banco Comercial e de Investimentos (BCI) e Standard Bank e contínuo surgimento de novos bancos resultado de aumento de investidores nacionais e regionais, sendo assim um sector muito competitivo que em alguns casos implica a redução de marcos de lucros anuais.

Numa análise agregada do sector

bancário, o estudo revela que os activos totais para o sector bancário registaram um crescimento significativo de 19 por cento em relação ao ano de 2012. No final de 2013, os activos respeitantes a análise agregada do sector bancário foram de 281.168.203 mil Meticais em relação ao valor de 236.567.733 mil Meticais no final de 2012.

Em especial destaque esteve o aumento na carteira de crédito. A carteira de crédito cresceu 34.391.653 mil Meticais de Dezembro de 2012 à Dezembro de 2013 representando um crescimento de 29 %. Segundo o estudo, o aumento de crédito foi influenciado por vários factores positivos como o crescimento económico do país e o aumento da actividade económica na forma de mega projectos, o aumento do desenvolvimento de infra-estruturas. O total de crédito representa 55% dos activos totais ao final de 2013, comparativamente aos 51% do crédito no final de 2012.

O aumento da carteira de crédito total é em grande parte financiado pelo aumento dos depósitos mantidos pelos bancos, que aumentaram em 19%

entre 2012 e 2013. O aumento dos depósitos é atribuído principalmente ao aumento de investimento directo estrangeiro e aumento da oferta de dinheiro.

O rácio de crédito para depósito aumentou de 67% em 2012 para 72% em 2013, representando um aumento de procura no mercado de crédito.

Classificando os balanços individuais dos intervenientes do sector bancário, o estudo revela que o BIM continua a ser o primeiro com activos totais de 85.428.239 mil Meticais, o que representa 30% do total de activos do sector bancário. Segue em segundo lugar o BCI com activos totais de 82.167.820 mil Meticais, o que representa 29% e em terceiro lugar está o Standard Bank com 44.063.370 mil Meticais, o que representa 16%. Os três bancos em conjunto têm 75% dos activos totais do sector bancário.

O Barclays Bank está em quarto lugar com uma base de activos total de 17.172.453 mil Meticais (6%) seguido de Moza Banco em quinto com 14.820.073 mil Meticais (5%).

Com estes cinco intervenientes do sector bancário a deter 87% do total de activos do mercado, os restantes intervenientes detêm os 13%, um rácio que permanece inalterado desde 2012, segundo o estudo feito pela KPMG por responsabilidade da AMB.

Em termos da estrutura do balanço, os activos significativos continuam a ser empréstimos e adiantamentos que compõem 55% do total de activos, à 31 de Dezembro de 2012. Os activos residuais são principalmente outros activos remunerados mantidos para efeitos de liquidez (depósitos de curto prazo com outros bancos, o investimento em Bilhetes de Tesouro e obrigações do Governo).

Exige-se crescimento qualitativo e inclusivo dos bancos comerciais



Dr. Mário Machungo, Presidente da Associação Moçambicana de Bancos

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) disse no dia 27 de Outubro de 2014 que exige-se um crescimento com qualidade e inclusão, destacando-se a “inclusão financeira” desafios cujos associados estão conscientes e estão comprometidos com a bancarização da economia, sendo testemunho disso, o aumento do número de balcões nos distritos, e a sua participação activa na literacia financeira, cujo programa foi lançado há dias pelo Banco de Moçambique. O posicionamento da AMB foi manifestado pelo respectivo Presidente, Dr. Mário Machungo durante a cerimónia de lançamento do estudo sobre o sector bancário em Moçambique que apresenta o enquadramento conjuntural e a caracterização do sector bancário, a descrição pormenorizada do mercado

monetário dentro dos mais exigentes padrões de clareza, objectividade e comparabilidade e a análise dos agregados do sector bancário.

Na ocasião, o Presidente da AMB disse que esta informação, apesar de se basear em dados históricos, constitui uma ferramenta importante para nortear futuras acções de natureza estratégica dos gestores bancários, face à síntese do ranking dos bancos em função de diversas métricas, como activos e quotas de mercado, rendibilidade dos capitais próprios e eficiência, capturando sinais sobre o posicionamento das marcas dos *players*, num mercado bastante competitivo.

Num outro prisma da análise destes indicadores, acrescentou Dr. Machungo, sobressalta o pulsar da estabilidade do sector, numa relação directa com o papel regulador das autoridades monetárias, e, em combinação com as políticas monetárias e fiscais numa fase de um alto ciclo de crescimento do país. Com efeito, o modelo do *funding* dos bancos tem por base depósitos de clientes, cuja dispersão ressalta o reduzido risco de fuga de recursos. Esta situação, a par de uma taxa de transformação abaixo de 80%, evidencia uma intermediação financeira bastante correlacionada com a actividade real, caracterizando-se como robusta, estável e promissora. Neste sentido, os nossos bancos estão bem capitalizados, com capacidade de absorção de choques na economia, cuja gestão e supervisão pelas autoridades estão em conformidade com padrões internacionais.

Em contraponto, segundo disse, modelos baseados no *funding* pela da emissão de títulos, tendo como colaterais fluxos de crédito concedidos e que visa essencialmente criar liquidez, invocando relações opacas entre as partes envolvidas, não sendo alheios a processo, as empresas de notação de risco, as quais serviram como amplificadores na recente crise nas economias mais desenvolvidas. A exposição quase nula dos *players* em Moçambique a activos financeiros do Ocidente veio cimentar a crença sobre a autonomia estratégica e operacional dos bancos -e o subsequente reforço de um voto de confiança pelas empresas, pelas famílias e pelas autoridades.

Noutro desenvolvimento, o Presidente da AMB recordou que Moçambique atravessa um momento especial com a descoberta de recursos minerais, a par do desenvolvimento de infra-estruturas, apresentando desafios aos principais *players* do sector bancário e financeiro, cuja participação e acompanhamento exige a sua adaptação orgânica, formação, posicionamento e parcerias. Nesta dinâmica das forças produtivas, os níveis de rentabilidade apresentados pelo sector bancário, apesar da grande amplitude, em razão de alguns *players* atravessarem uma fase de crescimento e implantação, constituem factor de atractividade de novas entradas, como é o caso recente do Ecobank.

O Governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove saudou a realização do estudo sobre o sector bancário em Moçambique 2014, realizado pela Associação Moçambicana de Bancos (AMB) em parceria com a empresa KPMG dos bancos comerciais como um exercício de transparência na publicação de informação importante para o domínio dos seus clientes e do público em geral. Encorajou para que mais exercícios desta natureza tenham lugar a bem da transparência e fortalecimento do sector financeiro em Moçambique e da concorrência.

Intervindo na cerimónia de lançamento da publicação da Pesquisa sobre o Sector Bancário em Moçambique, Ernesto Gove disse que os dados apresentados pelo estudo revelam que no conjunto dos sectores da economia nacional, o sector financeiro é dos mais



Dr. Ernesto Gove, Governador do Banco de Moçambique

dinâmicos e que tem dado um contributo muito grande para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas e também na participação do grande esforço de financiamento de toda a economia,

incluindo os grandes projectos. “Pois, nos países como Moçambique em que o mercado de capitais ainda é incipiente, o sector bancário é chamado a fazer face ao funcionamento da economia. E penso que tem sabido fazer esse papel importante da dinamização da economia nacional”, acrescentou Ernesto Gove.

Referiu a alguns aspectos sensíveis do sector tocados pelo Presidente da AMB, Mário Machungo. Primeiro, constatou que há uma alavancagem muito grande de activos do sector bancário que conheceu um crescimento significativo de 2012 a 2013 e os activos dos bancos já representam cerca de 60% do PIB o que significa que a economia moçambicana conta com financiamento forte do sector bancário. Para o efeito, desejou que esta alavancagem da economia prossiga para o contributo do crescimento o

AMB FORMALIZA ACORDO DE APOIO FINANCEIRO COM FECOP PARA PMEs

Associação Moçambicana de Bancos (AMB) rubricou, no dia 9 de Outubro de 2014, na Cidade de Maputo, com "O Camões" - Instituto de Cooperação e da Língua Portuguesa e com o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME), um apoio financeiro avaliado em cerca de 13.5 Milhões de Euros, equivalente a cerca de 25 Milhões de Meticais.

A verba foi concedida no âmbito dos acordos rubricados entre Moçambique e Portugal, para a Prestação de Apoio Financeiro através do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento com o Banco Internacional de Moçambique (BIM) e a Associação Moçambicana de Bancos que estabelecem termos e condições do apoio financeiro a prestar pelo Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP) que foram assinados ao mais alto nível em Maputo durante a visita do primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, a Moçambique.

Perante o Ministro da Indústria e Comércio, Armando Inroga e Embaixador de Portugal, José Augusto Duarte, assinaram os documentos de apoio financeiro pela AMB José Alberto Mussane – Secretário-Geral, pelo IPEME Claire Mateus Zimba - Director-Geral e pela Cooperação Portuguesa Miguel Girão de Sousa.

Os documentos que permitem a operacionalização do plano foram igualmente, rubricados pelo Banco Internacional de Moçambique (BIM), Banco Comercial e de Investimentos (BCI), Moza Banco e pelo Banco Único.

Falando na cerimónia de assinatura do acordo, Armando Inroga disse que "a cooperação assegura que, a nível intermédio, as Pequenas e Médias Empresas possam ter um instrumento que as dá capacidade de intervenção de prestação de serviços e possibilita abrirem-se para as oportunidades que possam surgir com parceiros portugueses que veem a Moçambique".

"Este sistema traz dois instrumentos de operacionalização: um, é ter a possibilidade de ter uma percentagem de garantia que as empresas, não tendo, podem obtê-la por conta deste financiamento, que é perto de 33 por cento", enquanto as associações vão



Em pé (esquerda para direita): Armando Inroga - Ministro da Indústria e Comércio e José Augusto Duarte - Embaixador de Portugal. sentados (Esquerda para direita): Claire Mateus Zimba Director-Geral do IPEME, Miguel Girão de Sousa - Cooperação Portuguesa e José Alberto Mussane – Secretário Geral da AMB

ter um financiamento de "até 80 por cento", disse.

O titular da pasta da indústria e Comércio em Moçambique explicou que "as associações e microempresas que estejam numa situação de obter financiamento, porque têm um projecto 'bancável' e que não tenham condições para o obter, encontram por parte do banco a possibilidade de serem financiados tendo a garantia deste fundo que é posto à disposição para cobrir este diferencial de garantia que as empresas não têm".

"Portanto, isso aparece como uma almofada às condições que os indivíduos, as empresas e associações possam precisar para obter créditos do sistema bancários e que não tenham as condições tradicionais que os bancos exigem", assinalou.

Ainda não está definido o número de empresas a ser financiadas, pois isso "vai depender da dinâmica individual", acrescentou Armando Inroga.

Por seu turno, o embaixador de Portugal em Moçambique, José Augusto Duarte, considerou importante a disponibilização do fundo, sobretudo, "numa altura em que se regista a redução efectiva da despesa pública" em Portugal.

"A libertação de crédito (numa altura destas) significa o quão confiante está o Estado e a sociedade portuguesa no sucesso de Moçambique e na capacidade de os moçambicanos fazerem deste um país diferente", afirmou José Augusto Duarte.

Continuação da Pág. 3

economia global.

Segundo sublinhou como desafio a descoberta e exploração dos recursos naturais donde derivam muitas responsabilidades para o sector bancário como intermediário entre os grandes projectos e as empresas subsidiárias para que se concretize a dinamização da economia nacional, quer através da industrialização, quer através das infra-estruturas. Para ele, para que o sector bancário seja relevante neste processo, precisa de fazer introspecção para ver como está capitalizado, não só para criar resiliência à choques externos, mas

também para dar resposta à dinâmica da economia moçambicana como se apresenta.

Portanto, disse o Governador do Banco de Moçambique que precisamos a todo o momento sensibilizar aos accionistas dos bancos de que em Moçambique a parceria não é mais um projecto, mas sim uma parceria de cooperação que tem que subsistir e ter uma perenidade. Para tal, é preciso que haja uma confiança em Moçambique envolvendo fundos não só para que haja uma reprodução simples, mas que haja, de facto, o desenvolvimento de actividades mais visíveis para

o crescimento da economia moçambicana a bem da promoção do emprego e de criação de oportunidades para que mais investidores se organizem no nosso país.

Finalmente, Ernesto Gove apelou aos bancos a continuarem a desenvolver boas práticas e fazer uma gestão prudente para serem a salvaguarda da gestão financeira e serem impulsionadores do desenvolvimento da economia moçambicana.

Moçambique discute estratégias de Gestão e Mitigação de riscos de investimento e finanças para os bancos nacionais

Associação Moçambicana de Bancos (AMB) em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Cooperação Italiana para o Desenvolvimento organizou, de 18 a 19 de Setembro de 2014, o primeiro seminário sobre a “Gestão e Mitigação de Riscos de Investimento e Finanças” para o sector do Banco em Moçambique.



O evento que decorreu na Cidade de Maputo juntou representantes de 15 Bancos, membros da AMB, que durante os dois dias discutiram os riscos de investimento e finanças para os bancos, do ponto de vista do Governo, do Sector Privado e dos Financiadores entre riscos institucionais ou macroeconómicos.

Omar Mithá em representação da AMB sublinhou a importância do evento porquanto complementa a agenda da AMB que é contribuir para o desenvolvimento e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional. Lembrou, na ocasião, a situação de crise no sistema financeiro dos países mais desenvolvidos, caracterizada pela perda total de confiança no sistema financeiro desses países e pelo atrofimento dos níveis de intermediação financeira, salientando-se a falta de liquidez e a quebra dos canais de concessão de crédito ao sector produtivo e às famílias, a par de níveis de alavancagem elevados.

AMB reconheceu que esta situação veio alterar por completo o *status quo* e o conformismo decorrente dos métodos tradicionais de análise de

risco, assim como pelos sistema de governação e instituições, que fazem parte do *cluster* do sector financeiro, onde se incluem as agências de notação de risco, as empresas de auditoria, os *brokers* nos mercados de capitais, e a banca de investimento, cujos conflitos de interesse provaram ser nefastos.

Nesta breve retrospectiva, Omar Mithá disse que o balanço dos players do nosso sistema financeiro evidenciavam uma exposição quase nula aos ditos activos tóxicos, o que traduzia um “subdesenvolvimento” benigno pela ausência de inovação em instrumentos financeiros, o qual provou estabilidade e autênticas muralhas chinesas à favor da robustez do sistema financeiro Moçambicano. Assim, com o funding tradicional de depósitos e aplicação em créditos e pouco mais em activos financeiros sem risco, nomeadamente, em OTs, determinaram um mecanismo de transmissão da crise quase nulo ao sistema, apesar da ligação com o exterior. E esta situação prevaleceu considerando os efeitos de segunda ordem por via dos canais de exportação e IDE, ora com o adiamento de grandes projectos de investimento, ora com

desinvestimentos, quer em razão da deterioração das condições creditícias nos países de origem, quer pela quebra da procura de *commodities*, a qual justificava o *base case* de grande parte destes investimentos. Em parte, os sinais enfraquecidos da procura agregada foram debelados por política contracíclicas, sendo de salientar, a expansão do crédito, o aumento da despesa pública em *trade-off* com uma espiral de inflação que no auge da crise atingiu os 16 por cento a par de uma depreciação do Metical que se cifrava, em termos anuais, em 32 por cento.

Noutro desenvolvimento, Omar Mithá esclareceu que a estabilidade do sistema financeiro moçambicano não se deve somente à estrutura do balanço caracterizada pelo *funding* estável dos depósitos de milhões de pessoas, num modelo de banco universal e orientado para o mercado de massa, além da segmentação adequada nos meios urbanos – não podemos olvidar o papel desempenhado pelo regulador, cuja prioridade tem sido a estabilidade do sistema financeiro, a par da condução de uma política monetária prudente, tendo em vista os objectivos da inflação, por vezes em contraponto com o crescimento económico, ao mesmo tempo que a inclusão e a literacia financeira fazem parte da vanguarda neste esforço titânico das nossas autoridades monetárias. Foi neste sentido que o bancos receberam com agrado as novas regras sobre o Basilea II.

Actualmente, acrescentou, Moçambique atravessa um momento especial do seu desenvolvimento, além de registar taxas de crescimento acima de 7 por cento e da média da África Sub-Sahariana, com fundamentos macroeconómicos estáveis, o país enfrenta novos desafios relacionados com grandes projectos de investimento, cujo desenvolvimento requer avultadas

somas de capitais, e obriga à uma nova dinâmica na ligação com o exterior e no desenvolvimento de plataformas de captação de poupanças mais adequadas. Em paralelo com a consolidação dos fundamentos macroeconómicos, a qual acarreta o aumento dos níveis de atractividade para o investimento, assiste-se no mercado financeiro a entrada de novos *players*, como são os exemplos do Ecobank, o Nedbank e, eventualmente, o Standard Chartered, confirmando os níveis de apetência pelos investidores, e que, seguramente, terão como consequência novos modelos de negócio e proposição de valor servindo-se de todas as armas estratégicas para ganhar fatias de mercado, mas também, cujo reflexo ao nível de concorrência e sofisticação resultarão em benefícios para os

utentes e o mercado em geral. Relativamente ao tema de Gestão e mitigação de riscos, AMB entende que esta matéria confunde-se com a gestão do banco pois, gerir um banco é constantemente gerir riscos: o risco do mercado (risco de taxa de juro e risco cambial), o risco de liquidez, o risco de crédito, o risco operacional, o risco de reputação, ... A permanente inclusão dos departamentos de risco, vulgo "*Risk Office*", e os departamentos de "*Compliance*" nas estruturas organizacionais dos bancos vem provar a importância deste tema. Apesar dos fundamentos e do sucesso visíveis e traduzidos por uma estabilidade económica e financeira, deve-se reconhecer que o binómio risco-retorno, por vezes induz à decisões incorrectas, especialmente, quando no modelo de governação entre accionistas e gestores, os modelos de compensação conduzem à

manipulação de informação financeira, ao relaxamento de políticas de concessão de crédito, à transacções entre partes relacionadas, à promiscuidade do político com o económico, ou ao mero comportamento fora das normas e manuais de procedimentos instituídos. Isto ocorre num esforço que pretende adequar a situação do banco à diversas métricas, tais como quotas de mercado, níveis de rentabilidade dos capitais próprios ou outras que possam reforçar a confiança entre os accionistas e os gestores. Mas, a médio e longo prazos se tornam lesivos ao sistema financeiro.

Neste contexto, agrada a AMB notar que o nível de crédito mal-parado situa-se em 3,9 por cento enquanto que a taxa de transformação não supera os 75 por cento, o que inspira confiança, mas que não remete a nenhum de nós, bancos e o regulador, à permanecer em zonas de conforto.

Finalmente, Omar Mithá recomendou que "devemos aprender com outros países e tirar lições – existe a *prise de conscience* e estamos convencidos que o Banco de Moçambique, sempre como o banco dos bancos e regulador de primeira linha, continuará a fazer-se sentir no quotidiano, aprimorando sempre os níveis de supervisão e controlo em prol de um sistema estável, em que todos confiam e seja, também, motivo do nosso orgulho como Moçambicanos".

Refira-se que o Banco de Moçambique, avaliando os impactos negativos que as instituições de crédito assumem, emitiu o **Aviso nº 04/GBM/13, de 24 de Maio**, que integra um conjunto de directrizes baseadas nas melhores práticas internacionalmente aceites, com objectivo de maximização do retorno e a minimização dos riscos.



Omar Mithá da AMB na abertura do Workshop sobre gestão de riscos financeiros

CLONAGEM DE CARTÕES PREOCUPA BANCO DE MOÇAMBIQUE



Waldemar de Sousa, Administrador do Banco de Moçambique

O Banco de Moçambique manifestou, no passado dia 23 de Julho de 2014, a sua preocupação sobre o fenómeno de clonagem de cartões bancários que tem vindo a prejudicar vários clientes de bancos comerciais no país, sendo um dos casos reportado há dias pela imprensa onde uma cliente do Barclays Bank viu a sua conta bancária vazia quando pretendia efectuar levantamento numa caixa automática (ATM) na Matola.

Segundo o *site noticias.mmo.co.mz ed. 24/07/2014*, o Administrador do Banco de Moçambique, Waldemar de Sousa, disse que a instituição lamenta o fenómeno, mas esclareceu que não se trata de casos exclusivos do sistema financeiro moçambicano, sendo actividades fraudulentas que constituem crimes transnacionais. Waldemar de Sousa avançou que as autoridades reguladoras do sistema financeiro moçambicano, no caso o Banco Central, está em permanente

articulação com os parceiros reguladores e redes internacionais visando recolha e partilha de informação neste sentido para busca conjunta de soluções.

“Nos temos vindo a destacar que o trabalho que realizamos com o sistema bancário é: primeiro, ter presente instrumentos e meios adequados nos vários postos onde existem máquinas de levantamento de notas (ATM's) em que os nossos cartões electrónicos possam funcionar. Segundo, dispositivos adequados de segurança desse equipamento para evitar fraude e para visualizar as várias transacções que os clientes do sistema bancário realizam”, explicou.

De Sousa apelou aos clientes do sistema financeiro a usarem devidamente os cartões dos bancos, o que passa necessariamente, segundo referiu, pela não cedência a terceiros de códigos pessoais e tomada de medidas cautelares quando se dirigem aos levantamentos verificando se as condições são adequadas para as operações.

“Mas para o caso em concreto (da cliente do Barclays) que foi reportado pela nossa imprensa, dos contactos estabelecidos com a instituição visada, apuramos que já estão a se tomar medidas que são de Direito para aprofundar o que teria acontecido. Não tenho conhecimento se a pessoa em si, como foi mantida em anonimato, se teria já se aproximado a sua instituição para apresentar detalhes que são de todo importantes facultar a instituição bancária em referência”, esclareceu.

Waldemar de Sousa teceu estas considerações à margem da conferência de Imprensa havida ontem para apresentação pública da “Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação”, evento que teve lugar nas instalações do Banco de Moçambique.

Orientado para instituições e consumidores: AMB assina protocolo de parceria com o IFBME O ICC



Representantes da AMB, do Instituto de Formação Bancária de Moçambique (IFBM) e do International Capital Corporation (ICC), signatários do Acordo de Cooperação

Para bem servir as instituições bancárias nacionais e conferir maior segurança aos consumidores, Associação Moçambicana de Bancos (AMB) assinou, no dia 5 de Setembro de 2014, na Cidade de Maputo, um protocolo de cooperação com o Instituto de Formação Bancária de Moçambique (IFBM) e com o International Capital Corporation (ICC) uma empresa moçambicana de consultoria, representados pelo Presidente da Direcção e pelos directores gerais, respectivamente, Dr. Mário Machungo, Dra. Maria Violante Manuel e Engenheira Henriqueta Hunguana.

O protocolo assinado tem por objectivo geral melhorar a capacidade técnica dos funcionários das instituições financeiras e o conhecimento do público sobre matérias ligadas à educação financeira e protecção do consumidor de produtos e serviços bancários.

Em termos específicos, com o protocolo celebrado pretende-se desenvolver cursos e programas em regime de exploração partilhada, troca regular de documentação e informação relevante sobre as respectivas actividades de formação e pesquisa no campo da formação profissional e técnica organização e realização conjunta de cursos, seminários, conferências e outras acções sobre temas previamente acordados, com carácter de certificação ou não e prestar apoio e assistência técnica a actividades das instituições dos parceiros, nos domínios das especialidades de cada

uma.

O protocolo irá ainda permitir a permuta de formadores e consultores para acções concretas no campo da formação profissional e técnica, partilha de informação respeitante a actividades de formação, programas, aplicações e outros neste domínio e realização de estudos, diagnósticos e levantamentos de informações no âmbito das actividades das três instituições.

Sob liderança da AMB, com o protocolo renovável anualmente, prevê-se desde a data da sua assinatura, entre outras acções, conceber e implementar um programa de educação financeira orientado aos vários segmentos de consumidores de produtos financeiros e elaboração de um programa de trabalho conjunto que vise a realização de cursos de especialização ou específicos na área de ciências bancárias e financeiras em regime de exploração partilhada.

Constituída em 1999, a AMB conta com 16 bancos nacionais filiados representando 99 por cento do total dos bancos nacionais e sem prejuízo do consumidor, tem por objecto a promoção e prática de todos os actos que contribuem para o progresso técnico, económico e social da actividade própria dos membros associados e para a prossecução e defesa dos interesses destes perante quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

AMB NA DIVULGAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO ÀS MPME'S



Painelistas durante apresentação de oportunidades de financiamentos às micros, pequenas e médias empresas em Moçambique

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) juntou-se ao Banco de Moçambique e aos bancos comerciais para divulgar as oportunidades de financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas, durante a 4ª Conferência/Workshop organizada pelo Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME), no dia 20 de Novembro de 2014.

No evento que decorreu sob lema “Programa de Financiamento às PME's com o Apoio Externo”, foram apresentados vários temas incluindo os relacionados com “Linhas de Crédito de Apoio ao Sector Privado”, “Papel do IPEME no acesso ao financiamento”, “Financiamento das PME's: Como preparar, usar informação de financiamento e negociar crédito”, “Produtos financeiros para PME's fornecedoras de grandes empresas”, entre outros.

Apresentando o **Fundo Empresarial de Cooperação Portuguesa (FECOP)**, como instrumento de promoção das PME's, José Mussane, Secretário-Geral da AMB disse que o Protocolo FECOP foi assinado em 2009 entre o Governo de Moçambique, (MIC), o então IPAD

e a Associação Moçambicana de Bancos (AMB), tendo sido rubricada a Adenda a este Protocolo na II Cimeira Luso-Moçambicana, à 26 de Março de 2014, com vista a operacionalização do Fundo e alargamento do âmbito de financiamento a todo o país.

Mussane deu a conhecer que o FECOP é um instrumento de apoio e financiamento ao empresariado nacional para criação e consolidação da capacidade produtiva e competitiva com um valor de 434.343.361,00Mt, equivalente a USD 13.294.869,00 cujo objectivo principal é apoiar projectos promovidos por PME's moçambicanas relevantes para a economia do país.

Em termos de beneficiários, o Secretário-Geral da AMB informou que os grupos alvo são as Micro, Pequenas e Médias Empresas Nacionais, associações e/ou Cooperativas de produtores nacionais cuja modalidade de financiamento consiste na partilha de risco com as entidades financeiras locais, através de garantias; alívio da onerosidade da

operação financeira, através da bonificação da taxa de juro; e reforço da qualidade técnica através de assistência técnica.

O financiamento do FECOP, que pode ser obtido através do Banco Comercial de Investimento (BCI), Banco Internacional de Moçambique (BIM), Banco Único e MozaBanco, tem como requisitos a apresentação do plano de negócios, dados económicos e financeiros dos três (3) últimos anos, quando se trate de PME's e um (1) ano quando se trate de Micro empresas, Associações e cooperativa de produtores, apresentação de garantias reais e pessoais existentes, quando se trate das PME's, garantias reais existentes ou pessoais existentes, quando se trate de Micro empresas, apresentação do certificado de quitação fiscal e de segurança social e que o requerente não esteja em situação de mora de pagamento de dívidas na banca.

Por sua vez, o Banco de Moçambique apresentou cerca de 13 instituições financeiras entre nacionais e internacionais com disponibilidades de créditos para financiamento de investimentos constantes num caderno que o Banco de Moçambique está no processo de divulgação.

A 4.ª edição da Conferência “Conheça e Use Financiamento PME”, juntou entidades do Governo, Organizações Não-Governamentais, Agências de Cooperação, bancos, entre outras entidades, com o objectivo de avaliarem diversos produtos e serviços como forma alternativa de facilitação financeira. Este evento decorreu num momento em que as PME's, e não só, têm reclamado o elevado custo do crédito devido, sobretudo, às altas taxas de juro cobradas pelos bancos comerciais.

Serviços Mínimos Bancários

Os cidadãos podem ter acesso a um conjunto de serviços bancários essenciais a custo reduzido.

Os serviços mínimos bancários incluem a abertura de uma conta de depósito à ordem, a disponibilização de um cartão de débito para movimentação da conta e a realização de débitos directos e de transferências interbancárias nacionais.

Os serviços mínimos bancários a serem disponibilizados são definidos por lei e comercializados pelas instituições de crédito que os prestam. Os direitos dos clientes que adiram a estes serviços estão definidos no que se designa de Regime dos Serviços Mínimos Bancários e a participação das instituições de crédito faz-se nos termos de um protocolo assinado entre estas instituições, o membro do Governo responsável pela área da defesa do consumidor e o Banco de Moçambique.

Estes direitos visam promover a inclusão financeira e permitir a utilização de uma conta bancária a custos reduzidos.

Os clientes que acedam aos serviços mínimos bancários podem contratar outros produtos ou serviços bancários. Porém, estes produtos ou serviços adicionais estão sujeitos às comissões e despesas previstos no preçário da instituição de crédito.

Os serviços mínimos bancários são disponibilizados aos clientes que tenham apenas uma conta de depósito à ordem.

Os serviços mínimos bancários incluem os seguintes serviços:

- ✎ abertura e manutenção de uma conta de depósito à ordem – a conta de serviços mínimos bancários;
- ✎ disponibilização de um cartão de débito para movimentação da conta;
- ✎ acesso à movimentação da conta de serviços mínimos bancários através de caixas automáticos, serviço de *homebanking* e balcões da instituição de crédito; e
- ✎ realização de depósitos, levantamentos, pagamentos de bens e serviços, débitos directos e transferências interbancárias nacionais, sem restrição quanto ao número de operações que podem ser realizadas.

Custo de uma conta de serviços mínimos bancários

As instituições de crédito que disponibilizam serviços mínimos bancários não podem, nos termos do Aviso No 5 de 2009, do BM, cobrar, por esses serviços, comissões, despesas ou outros encargos que, anualmente e no seu conjunto, representem um valor estipulado por lei.

As comissões de manutenção de conta de Serviços Mínimos Bancários (SMB) praticadas pelas instituições de crédito que disponibilizam estes serviços são devidamente divulgados.

Os clientes podem também consultar a informação sobre o custo dos serviços mínimos bancários no Folheto de Comissões e Despesas do Preçário das instituições aderentes, disponível nos respectivos balcões, nos sítios de internet das instituições de crédito e neste Portal, na página dos Preçários.

Ficha técnica

AMBNewsLetter

Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Edição nº 01, Dezembro de 2014;

Coordenador Editorial: Secretaria Geral da AMB; **Revisão:** Anastácia Rosária. **Redacção, Fotografias e Maquetização:** B. M. Chabualo; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:**

Gratuita. Contactos: 258-21310818;

Móvel: 258-823207330.

E-mail: ambancos@teledata.mz www.amb.co.mz; Maputo - Moçambique

Quem somos?

A Associação Moçambicana de Bancos (AMB) é uma associação sem intuítos lucrativos, constituída em 1999 ao abrigo da Lei nº 27/91, de 31 de Dezembro e demais legislação aplicável. Nº1. Artigo 3, Capítulo

A nossa Missão

Promoção e prática de actos que contribuem para o progresso técnico, económico e social da actividade bancária dos membros perante entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais e segurança do consumidor.

O nosso objectivo geral

Promover e praticar todos os actos que contribuem para o progresso técnico, económico e social da actividade dos associados para a prossecução e defesa dos interesses destes perante quaisquer entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.



www.bancabc.co.mz



www.bancoterra.co.mz



www.barclays.co.mz



BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS
www.bci.co.mz



BANCO MERCANTIL E DE INVESTIMENTOS
www.bmi.co.mz



BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTO
www.bancoterra.co.mz



www.bancoterra.co.mz



www.fnb.co.mz



www.gapi.co.mz



www.mcbmozambique.co.mz



www.millenniumbim.co.mz



www.mozabanco.co.mz



www.standardbank.co.mz



www.bancounico.co.mz